

Regra do salário mínimo anula ganhos da reforma



Cenário complicado. Agência do INSS na Praça da Bandeira, no Rio: economistas defendem fazer uma nova Reforma da Previdência, ou já em 2027 o governo não conseguirá cumprir o arcabouço fiscal

CONTA EXPLOSIVA EM 2027

Gastos com Previdência não param de crescer, e analistas defendem mudanças

GERALDA DOCA E THAIS BARCELLOS geraldadoca@globo.com thaisbarcellos@globo.com

As despesas da Previdência Social, pressionadas pela política de reajuste do salário mínimo do atual governo e pelo envelhecimento cada vez mais acelerado da população brasileira, começam a reduzir os efeitos positivos da reforma de 2019. Projeções recentes do próprio governo apontam uma piora nas contas, mesmo considerando um cenário mais otimista para a economia. Para especialistas, já em 2027 esses gastos tornam-se insustentáveis e o arcabouço fiscal.

A análise da evolução das despesas da Previdência pode ser feita por várias métricas. Uma delas revela um aumento de gastos acima da inflação e acima do crescimento previsto do arcabouço fiscal, junto com os pisos de Saúde e Educação — o que tira espaço para praticamente toda a despesa discricionária, para investimento e custeio da máquina, a partir de 2027. O arcabouço prevê que as despesas crescerão no máximo 2,5% acima da inflação.

— Ou o próximo governo afrouxa as regras fiscais ou corta despesas obrigatórias — afirma o economista Fabio Giambiagi.

Outro dado, da despesa como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), também mostra uma piora. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, o governo previa, por exemplo, que as despesas do Regime Geral de Previdência (que pagam as aposentadorias do INSS) chegariam a 2026 equivalentes a 7,69% do PIB. Um ano

depois, na proposta da LDO de 2025, a previsão subiu a 7,85% do PIB.

Os números ainda podem ser piores. Especialistas como Marcos Mendes e Rogério Nagamine avaliam que as despesas do governo estão subestimadas em R\$ 16 bilhões neste ano e o dobro disso em 2028.

Em 2023, voltou a vigorar a política de reajuste do salário mínimo que prevê ganho real baseado no crescimento do PIB de dois anos anteriores ao aumento. Isso é apontado como fator de pressão sobre as contas públicas, porque cada aumento de R\$ 1 no mínimo representa uma alta de quase R\$ 400 milhões em despesas.

DESINVCULÇÃO AJUDARIA

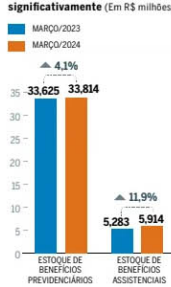
Na avaliação de especialistas, o desequilíbrio terá de ser enfrentado a partir de 2027 para evitar uma explosão do déficit da Previdência em meados da próxima década. Atualmente, o resultado anual do INSS (diferença entre a arrecadação e a despesa com os benefícios) está negativo em torno de 2,32% do PIB.

Esse percentual tende a cair nos próximos anos, devido aos efeitos das regras de transição da reforma. Mas, dentro de oito anos, o desequilíbrio volta a crescer, para retornar ao patamar atual em 2036 e entrar em trajetória ascendente em 2038.

— O ideal seria fazer uma nova reforma já em 2027. O sistema previdenciário de um país representa uma conciliação entre a realidade social e a lógica dos números. Em 2019, a lógica dos números não podia mais ser ignorada, e a sociedade teve que se adaptar a

TRAJETÓRIA DE ALTA

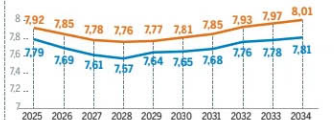
Em um ano, o número de benefícios concedidos cresceu significativamente (Em R\$ milhões)



Fontes: Ministério da Previdência, XP e LDO de 2024 e LDO de 2025

Números da Previdência apontam para quadro insustentável, segundo especialistas

Relação entre gasto com Previdência e o Produto Interno Bruto (PIB) (Despesa / PIB)



Previsão de gastos nas duas situações (Em R\$ bilhões)



*Benefícios do piso regulador do salário mínimo, que é reajustado combinando inflação (INPC) e variação do PIB. **Benefícios seriam corrigidos apenas pela inflação (INPC)



“O ideal seria fazer uma nova reforma já em 2027. (...) O tema adquire importância maior pela verdadeira contrarreforma representada pela atual política de valorização do salário mínimo”

Fabio Giambiagi, economista

“Os dados do Censo de 2022 mostram que o país está envelhecendo mais rápido do que estava previsto”

Paulo Tafner, economista

uma mudança inevitável — afirma Giambiagi. — O tema adquire importância maior pela verdadeira contrarreforma representada pela atual política de valorização do salário mínimo.

Na avaliação do economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, a questão fiscal já seria resolvida se fosse adotada a atualização anual dos benefícios do INSS apenas pela inflação, sem a necessidade de fazer uma nova reforma nos próximos anos. Conforme seus cálculos, os gastos com a aposentadoria ficariam estáveis em relação ao PIB nos próximos dez anos, em 8,1%, se fossem reajustados apenas pela inflação.

Já se for mantida a vinculação ao salário mínimo, chegando a 2034 em 9,04% do PIB — uma diferença em termos nominais de R\$ 216,7 bi-

lhões em um só ano. Em 2025, o espaço criado com uma possível mudança já seria de R\$ 15,3 bilhões, quase dobrando em 2026 e chegando a R\$ 42,5 bilhões em 2027, mostram as contas, que já consideram as projeções oficiais do INSS para o número de beneficiários.

— Mantida a regra atual, tem uma tendência que vai pressionar todo o Orçamento. A medida que a demografia for piorando, tem trajetória quase explosiva — ressaltava Sbardelotto. — Uma regra de indexação só à inflação permitiria que o salário mínimo continuasse com a política de valorização real atual.

Desindexar a aposentadoria dos reajustes do mínimo significa que haveria uma diferença entre o piso desta e o salário nacional. E que os benefícios previdenciários seriam reajus-

tados apenas pela inflação. O fim da vinculação dos benefícios da Previdência ao mínimo divide economistas e especialistas, por ser uma questão polêmica e de difícil aprovação no Congresso.

Cerca de 70% dos benefícios previdenciários e assistenciais são atrelados ao reajuste do salário mínimo, que considera o crescimento da economia e inflação. Essa sistemática vigorou durante as gestões do PT e foi trazida de volta no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo dados oficiais, só no primeiro trimestre deste ano, as despesas previdenciárias subiram 5,3% acima da inflação, e a tendência é se manter em alta. Já os gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e deficientes da baixa renda, subiram 17,2% acima da inflação no período.

— A tendência é de incremento da despesa previdenciária em proporção ao PIB, que deve crescer muito menos — afirma o especialista Rogério Nagamine.

Mantido esse ritmo, diz, só as despesas do INSS atingirão R\$ 1 trilhão em 2025, chegando a R\$ 1,215 trilhão em 2028. A cifra aumenta quando se incluem o BPC e outros regimes, como o dos funcionários públicos federais e o das Forças Armadas. Neste caso, o gasto seria de R\$ 1,5 trilhão já no ano que vem.

ALERTA DEMOGRÁFICO

Para Leonardo Rolim, ex-secretário da Previdência Social e que atuou na reforma da aposentadoria, a mudança nas regras ajudou a reduzir gastos. Ele admite, no entanto, que o problema se manteve no longo prazo. Uma das grandes questões, no caso do Brasil, é que, além do rápido processo de envelhecimento da população e aumento da expectativa de vida, houve uma queda brusca na taxa de fecundidade, que caiu de seis filhos, na década de 1970, para 1,6.

— Isso é crucial para o regime de repartição, adotado no Brasil, em que trabalhadores ativos contribuem com o pagamento dos aposentados — explica Rolim, acrescentando que é preciso discutir alternativas como o sistema de capitalização, no qual o trabalhador contribui para a própria aposentadoria.

O economista Paulo Tafner também vê a mudança na demografia como um grande desafio.

Dados de projeção populacional do IBGE mostram que, em 2010, havia 17 pessoas com 60 anos ou mais para cada grupo de cem pessoas entre 15 e 59 anos. Essa proporção subiu para 19 em 2015 e 22 em 2020. Em 2025, atingirá 26, chegando a 30 em 2030.

— Os dados do Censo de 2022 mostram que o país está envelhecendo mais rápido do que estava previsto. É mais há menos crianças e jovens do que estava previsto, o que vai degradar a relação entre ativo e inativo. Por essa razão, torna-se necessário fazer uma reforma complementar, se possível o quanto antes, provavelmente no próximo governo — diz Tafner.

Especialistas apontam ainda que a reforma de 2019 deixou vários pontos de fora, como a Previdência rural. Em 2023, esta representou 1,4% da arrecadação, mas respondeu por quase 60% do déficit.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 15